

A instituição do Estado Novo
pela imprensa brasileira (1932-1933)

The establishment of the *New State*
by Brazilian Press (1932-1933)

Thiago Fidelis

Thiago Fidelis, Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais. Investigador do CEIS20.
ORCID ID: 0000-0003-0406-1559.

https://doi.org/10.14195/1647-8622_20_8

A INSTITUIÇÃO DO ESTADO
NOVO PELA IMPRENSA
BRASILEIRA (1932-1933)

O artigo tem como principal proposta demonstrar e refletir sobre como as movimentações políticas do governo português e a nova Constituição do país (que deu origem ao chamado *Estado Novo*) foram apresentadas aos leitores de dois dos principais jornais brasileiros da década de 1930: *O Jornal do Brasil* (JB) e *O Estado de S. Paulo* (OESP). Para uma melhor delimitação da análise, foram selecionadas as edições dos anos de 1932 e 1933, períodos de intensas modificações na ordem vigente em ambos os países, uma vez que em Portugal várias movimentações levaram à instituição de um novo regime, estruturado por António de Oliveira Salazar e, no Brasil, Getúlio Vargas lutava para manter-se no poder, sobretudo após uma movimentação da região mais rica do país, São Paulo, contra seu governo. Além disso, foi escolhido um periódico dos dois principais centros brasileiros: na capital brasileira no período, Rio de Janeiro, foi analisado o *JB*, de maior circulação no país e que, embora com um viés mais popular, também mantivera sua estrutura política, cobrindo os principais acontecimentos tanto a nível nacional quanto internacional; em São Paulo foi selecionado *OESP*, periódico de maior tiragem e mais influente da elite paulista, com uma abordagem bastante politizada.

Palavras-chave: Estado Novo; O Estado de S. Paulo; *Jornal do Brasil*; História da Imprensa

THE ESTABLISHMENT
OF THE *NEW STATE* BY
BRAZILIAN PRESS (1932-1933)

The main purpose of this paper is to demonstrate and reflect on how political movements of Portuguese Government and Brazilian New Constitution (which originated the so-called New State) were shown to the readers by two of the most important newspapers in Brazil during 30's: *Jornal do Brasil* (JB) and *O Estado de São Paulo* (OESP). For a better delimitation of the analysis, we selected editions from 1932 to 1933, which was a period of intense modifications in the established order in both countries, once, in Portugal, there were several movements that led to the institution of a new regime, structured by António de Oliveira Salazar; meanwhile, in Brazil, Getúlio Vargas struggled to remain in power, especially after the rebellion against his government in the richest region of country, São Paulo. We analyzed *JB*, from Rio de Janeiro (capital of the country in this period), which was one of the most important newspapers with a popular bias and which had its political structure well defined. In São Paulo, we verified *OESP*, a higher-circulation newspaper which is the most influential on the elite in the state, with a politicized approach. Therefore, we focused on this kind of publication used to cover the main events both national and international levels.

Keywords: New State; O Estado de São Paulo; *Jornal do Brasil*; Press History

L'INSTITUTION DU NOUVEL
ÉTAT PAR LA PRESSE
BRÉSILIENNE (1932-1933)

La principale proposition de l'article est de démontrer et de réfléchir sur la façon dont les mouvements politiques du gouvernement portugais et la nouvelle Constitution du pays (qui a donné naissance à ce qu'on appelle l'*État Nouveau*) ont été perçus par les lecteurs de deux des principaux journaux brésiliens des années 1930 : *O Jornal do Brasil* (JB) et *O Estado de S. Paulo* (OESP). Pour mieux délimiter l'analyse, nous avons choisi les éditions de 1932 et 1933, une période d'intenses changements dans l'ordre des deux pays, puisqu'au Portugal plusieurs mouvements ont conduit à l'institution d'un nouveau régime, structuré par António de Oliveira Salazar et, au Brésil, Getúlio Vargas luttait pour rester au pouvoir, en particulier après un mouvement de la région la plus riche du pays, São Paulo, contre son gouvernement. En outre, un périodique des deux principaux centres brésiliens a été choisi : le *JB*, qui avait le plus grand tirage du pays et qui, bien qu'ayant un parti pris plus populaire, avait également conservé sa structure politique, couvrant les principaux événements tant nationaux qu'internationaux a été analysé dans la capitale brésilienne de l'époque, Rio de Janeiro ; l'*OESP*, le périodique ayant le plus grand tirage et le plus influent de l'élite de São Paulo, avec une approche très politisée a été sélectionné à São Paulo.

Mots clés: État Nouveau; O Estado de S. Paulo; *Jornal do Brasil*; Histoire de la presse

Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar (Oliveira Salazar, discurso de posse como ministro das finanças, em 27 de abril de 1928).

Introdução

Pensar a imprensa como um objeto de estudo é algo recente na historiografia brasileira, bem como nas ciências humanas de maneira geral. Os primeiros estudos sobre a imprensa foram fomentados pelo centenário de sua implantação oficial no país em 1908, através de uma edição especial da Revista *do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), que publicou uma série de artigos sobre a data comemorativa embora, no fim do século XIX, o *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (IHGSP) já tivesse publicado um volume especial, com um registro de mais de 1.500 impressos desde o início do século XIX até então (MARTINS; LUCA, 2011:14-15). No entanto, a imprensa em si ainda não tinha sido objeto de estudo, pois as publicações citadas não possuíam caráter analítico, ou seja, eram descritivas, compreendidas como fontes de uma época, e não como um objeto próprio de estudo, algo que dialogasse com seu contexto, resignificando-o.

Os primeiros estudos específicos ocorreram a partir da década de 1930, quando parte dos órgãos de imprensa passou a ter um caráter mais empresarial, visando um grande número de tiragem e de anúncios publicitários para aumentar seus lucros (SODRÉ, 1999). O lançamento, em 1941, da obra *Biografia do jornalismo carioca: 1808-1908*, do jornalista Gondin da Fonseca, é um indicador bastante interessante dessa mudança de foco, uma vez que há uma maior preocupação, nessa obra, em problematizar a imprensa enquanto agente social, e não meramente como uma expositora de informações do cotidiano à sociedade.

Há três obras bastante emblemáticas que marcaram o início do estudo sistemático da história da imprensa no Brasil. Em 1945, o acadêmico Hélio Vianna publicou a obra *Contribuições à História da imprensa brasileira: 1812-1869*, fazendo um minucioso levantamento sobre os principais periódicos publicados no período. No ano seguinte, o jornalista Carlos Rizzini lançou a obra *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822*, fazendo um amplo levantamento dos periódicos no Brasil, não se limitando apenas à produção no próprio país, mas sim da circulação destas publicações no território antes da chegada da Família Real em 1808. E, no caso da imprensa paulista, em 1950, o também jornalista José de Freitas Nobre publicou *História da Imprensa de São Paulo*, fazendo um amplo levantamento sobre a imprensa paulista até meados da década de 1940, destacando o caráter combativo e cultural de boa parte dessas publicações.

Em 1966, foi lançada a obra que abrangeu o maior esforço sistemático de um pesquisador em relação à imprensa brasileira. A publicação de *História da Imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, sintetizou um estudo de aproximadamente 10 anos do autor sobre o tema, fazendo um levantamento detalhado sobre a imprensa brasileira, não se limitando apenas a discutir os temas tratados nos periódicos, mas sim as próprias publicações dentro das relações socioeconômicas existentes na sociedade brasileira. O autor interessou-se em refletir sobre quando o jornal foi criado, quais foram seus principais investidores, seus interesses, quem eram

as pessoas que escreviam e para quem escreviam. A partir desse estudo, as pesquisas sobre a imprensa ganharam novos contornos, uma vez que um periódico passou a ser visto não apenas como a publicação de textos e notícias que relatam o cotidiano. O jornal em si é o produto final do processo, sendo que para os textos chegarem até ali há toda uma estruturação anterior, uma vez que a notícia não brota espontaneamente, mas sim é construída; e é exatamente o processo de construção dessa notícia (que é endereçada a grupos sociais específicos) que passou a ser o foco de estudo. Portanto, tal obra tem um impacto fundamental na historiografia da imprensa exatamente por trazer essa nova perspectiva, entendendo esta imprensa não como um relato dos fatos ocorridos, mas sim como uma instituição atuante, com objetivos e fins bastante específicos e direcionados (SODRÉ, 1999).

Vários outros trabalhos foram publicados nos anos seguintes, sendo que no fim da década de 1980 o interesse pelos estudos de revistas aumentou consideravelmente (MARTINS; LUCA, 2011:17-18). Até então, os jornais tinham a preferência em relação às análises sobre imprensa, pois eram considerados objetos mais “sérios”, com maior credibilidade; embora fosse espalhado aos quatro ventos que o metodismo e o positivismo estavam ultrapassados, a seleção de fontes ainda obedecia a critérios baseados em pressupostos muito próximos aos historiadores do século XIX, naquilo que era digno de se estudar e aquilo que era visto apenas como futilidade, como banalidade. As influências da *Nova História* e da *História Cultural* fizeram com que esse interesse pelas revistas (cuja maioria tratava de assuntos não ligados a política ou a economia) estabelecesse-se não como estudos de curiosidades, mas sim como pesquisas de extrema importância histórica, demonstrando que essas publicações também dialogavam incessantemente com sua realidade, descrevendo-a e modificando-a a todo momento (LE GOFF, 1990:11-12).

No fim da década de 1970, uma publicação bastante substancial trouxe uma perspectiva muito interessante para o estudo da imprensa. As historiadoras Maria Helena Rolim Capelato e Maria Lígia Prado Coelho sintetizaram partes de suas dissertações e lançaram a obra *O Bravo Matutino*, fazendo um levantamento sobre o conteúdo político do jornal *O Estado de São Paulo* (OESP) do início do século XX até o fim da década de 1920. Essa obra é bastante original por conter uma abordagem inovadora, uma vez que as autoras procuraram relacionar o conteúdo político que pautava a escrita do jornal (ou seja, sua ideologia, o conjunto de ideias as quais o grupo editorial do jornal partilhava) com o que era noticiado e como esses acontecimentos eram transformados em notícia. Assim, se com Nelson Werneck Sodré houve um levantamento geral da imprensa (e sua problematização) como um todo, as autoras fizeram uma análise bastante detalhada não somente das notícias ou do formato de um jornal em específico, mas sim qual foi o seu papel, naquele contexto, dentro da sociedade na qual a publicação existiu.

Do ponto de vista teórico, o principal conceito utilizado para as análises propostas no artigo foi o de cultura política. Muito caro à historiografia, o termo foi problematizado nas ciências sociais estadunidenses da década de 1960, através dos estudos de Gabriel Almond e Sidney Verba. Preocupados em analisar como foi possível existir o totalitarismo (no qual incluem fascismo, nazismo e comunismo) em uma cultura herdeira do Iluminismo do século XVIII, esses autores buscaram um conceito que levasse em conta a política não como um ato institucional exercido só por aqueles que estão dirigindo a instituição, mas pelos que não participam diretamente (ou estão excluídos) desse processo. A própria associação entre os termos política e cultura já era um indicativo importante, uma vez que o termo cultura era proble-

matizado e discutido, prioritariamente, na Antropologia (KUSCHNIR, 2007:61-64), não tendo relação direta com a Ciência Política. A ideia básica dos autores foi a de demonstrar que a política faz parte da sociedade como um hábito, e não somente como algo externo ao cotidiano das pessoas:

The term “political culture” thus refers to the specifically political orientations – attitudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system. We speak of a political culture just as we can speak of an economic culture or a religious culture. It is a set of orientations toward a special set of social objects and processes. (ALMOND; VERBA, 1989:12)

Ao estudarem a política de cinco países (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e México) os autores buscaram pesquisar a compreensão de política que havia entre a população desses países – ao todo, mais de 5000 pessoas foram entrevistadas e, a partir das respostas às questões formuladas, a pesquisa foi “ganhando corpo”. Embora ambos partissem do princípio de que a política era mais desenvolvida em um país do que em outro (em inúmeras partes do texto fica bem claro que a maior manifestação popular em relação à política nos Estados Unidos e Inglaterra que nos outros países demonstrariam maior maturidade de seus eleitores, que possuíam governos mais estáveis comparados com os outros três) (ALMOND; VERBA, 1989:35), as características colocadas nesse estudo evidenciaram que o conceito de cultura política não é uniforme, dependendo de uma série de fatores referentes à cada região, com cultura e história próprias. Além disso, a cultura política de um povo possui tanto permanências (que podem perdurar séculos) como rupturas, evidenciando que em cada local reside sua própria lógica, não cabendo ao pesquisador rotular vários países ou várias regiões com uma mesma cultura política:

La cultura política, por una parte, puede sufrir modificaciones relativamente rápidas; por otra, parece capaz de soportar duros embates sin cambiar mucho. ¿Qué podemos aprender de estas experiencias históricas, y de la investigación desarrollada em el transcurso de los últimos decenios acerca de dos de las principales interrogantes planteadas por la teoria de la cultura: política, primero, la estabilidad de la cultura política, su persistência y autonomia, y de ahí su importância para la explicación de fenómenos políticos; y em segundo lugar, la relativa importância de los factores que afectan la cultura política, em particular la importancia relativa de la primera infância, el ambiente laboral em la edad adulta, la comunidad, el contacto con los médios de comunicación masiva y la experiencia directa del desempeño político y gubernamental? (ALMOND, 199:201)

O conceito de cultura política é entendido neste artigo como um conjunto de práticas políticas, costumes e ideias e são variadas conforme a posição social e econômica que os envolvidos partilham (FIDELIS, 2017), sendo o enfoque voltado para a relação de dois jornais do período com a conjuntura portuguesa (em diálogo constante com a situação política brasileira).

Contexto político brasileiro

O fim da década de 1920 e o início dos anos 1930 foi um período de intensas mudanças na política mundial, com a consolidação dos regimes de caráter autoritário e totalitário em várias partes do mundo, principalmente no continente europeu. Embora em outros momentos também seja possível identificar modificações na ordem vigente, em algumas épocas, tais transformações são mais intensas ou causam mais cortes abruptos do que em outras, sendo os eventos de curta duração aos quais o historiador francês Fernand Braudel (1992) se referiu em sua divisão tríplice do tempo. A contestação do Liberalismo, enquanto forma de organização política, já era muito evidente em fins do século XIX com a constante participação do Estado na economia dos países ocidentais após a Grande Guerra de 1914 (HOBSBAWM, 1988), além da desvalorização do discurso democrático por várias lideranças mundiais no período, entre elas a do líder do Partido Nacional Fascista, Benito Mussolini (na Itália) e do Partido Nacional Socialista Alemão, Adolf Hitler (na Alemanha).

Em relação à política brasileira, desde 1889 o país foi organizado como um sistema republicano, consolidando-o com a promulgação da Constituição em 1891 e, três anos depois, com a eleição de seu primeiro presidente civil, o senador paulista Prudente de Moraes. A partir de então, em mandatos de quatro anos, revezaram-se no poder membros do Partido Republicano (PR), especialmente de duas seções estaduais: a paulista e a mineira, representando as regiões mais ricas do país e nas quais concentravam um dos principais produtos de exportação da época, o café, sobretudo em São Paulo (Minas Gerais possuía alto rendimento pela produtividade de leite e seus derivados). Assim, até a eleição do governador paulista Washington Luís, em 1926, essa aproximação entre as duas facções predominou em boa parte das disputas eleitorais, garantindo êxito nos pleitos para seus candidatos e governabilidade para o presidente eleito.

A crise de 1929, decorrente da queda da bolsa de Nova Iorque teve um forte impacto no Brasil, já que grande parte de sua renda provinha da exportação de gêneros alimentícios (em especial o café). Assim, o fim do governo de Washington Luís foi marcado por grande instabilidade econômica e, também, política (esta já era presente mesmo antes da crise). Desde o começo da década de 1920, vários movimentos de contestação à ordem vigente ocorreram em todo o país e cuja gênese não veio só da ordem política, mas também da ordem cultural: a primeira manifestação de maior vulto foi a realização, em 1922, da *Semana de Arte Moderna* em São Paulo, com nomes de extrema importância para a cultura brasileira como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Di Cavalcanti e Heitor Villa-Lobos, entre outros. Essa semana foi importante por marcar uma busca desses artistas por uma cultura genuinamente brasileira, uma vez que para o grupo as expressões artísticas nacionais não passavam de cópias de tendências europeias. A partir dessa movimentação, estes grupos passaram a participar ativamente da política, como o Movimento Verde-Amarelo que, em 1927, tornaria-se o Grupo da Anta (e que daria origem aos integralistas, em meados dos anos 1930).

As revoltas tenentistas também são fundamentais para pensar esses anseios por mudanças. Os tenentes ocupavam uma das graduações mais baixas na hierarquia do Exército e possuíam poucos direitos, se comparados com membros de outras patentes, e começaram uma mobilização buscando um Exército mais democrático e participativo. As movimentações no Rio de Janeiro em 1922 (que teve como desfecho a morte de 19 jovens tenentes na praia de Copac-

cabana, que haviam tomado o Forte e resistiam contra o governo) encontraram eco em São Paulo e no Rio Grande do Sul dois anos depois, quando levantes tenentistas chegaram a tomar a capital paulista (COHEN, 2007). Após a repressão desses dois movimentos, os sobreviventes que conseguiram fugir rumaram em marcha por todo o Brasil, sendo popularmente conhecidos como *Coluna Prestes* (em alusão a um de seus principais líderes, o tenente Luís Carlos Prestes). Tal marcha ocorreu de 1925 a 1927 e ajudou a disseminar pelo país ideias de ordem contrárias ao governo federal e sensibilizar parte da população mais afastada da capital e de seus acontecimentos políticos (PRESTES, 2009).

Em 1929 o então presidente Washington Luís decidiu não indicar o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos, para a sua sucessão (como seria de praxe); declarou apoio à candidatura do governador paulista Júlio Prestes. Tal medida objetivava manter um representante ligado aos produtores de café para melhor negociar o produto frente à crise que ocorria no período. Sendo assim, os mineiros passaram a apoiar o candidato da oposição, o então governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas. Junto com a facção paraibana do Partido Republicano e vários outros pequenos grupos dissidentes, formaram a *Aliança Liberal*, no entanto, foram derrotados pelo candidato da situação, gerando grande insatisfação em seus quadros (VISCARDI, 2019:297-312).

Após o resultado nas urnas, vários políticos passaram a acusar fraudes eleitorais, como forma de tentar anular o pleito. No entanto, tais denúncias não foram comprovadas e, a partir disso, grande parte dos tenentes e ex-tenentes (basicamente os sobreviventes da *Coluna Prestes*) começaram a conspirar para um possível golpe de Estado. Concomitante com toda essa movimentação, o candidato à vice-presidente na chapa da *Aliança Liberal* – o então governador da Paraíba, João Pessoa – foi assassinado por um opositor de sua política local (mesmo sem provas, o ato foi associado a uma possível perseguição política por parte do governo federal). Tal crime foi o estopim de uma grande movimentação civil e militar que levou à deposição de Washington Luís em fins do ano de 1930; Júlio Prestes não chegou a assumir o cargo e, empossado pela junta militar, Getúlio Vargas iniciou seu primeiro período como presidente do país (que iria até 1945).

Os primeiros anos de governo Vargas foram marcados pela busca do enfraquecimento das oligarquias até então dominantes na política brasileira e a ascensão dos novos atores contemplados. No entanto, foi um período também bastante instável para o governo que, mesmo substituindo os governadores por interventores (nomes da confiança de Vargas que passavam a controlar as unidades federativas de acordo com os princípios do novo governo), não conseguiu reorganizar a política em várias dessas regiões; além disso, também começaram a emergir disputas entre os grupos que apoiaram sua ascensão ao cargo (BORGES, 1997).

Imprensa brasileira: a política entre tinta e palavras

O jornalismo brasileiro neste período sofria uma transição, já que no século XIX a influência francesa era muito evidente (textos longos, bastante aprofundados sobre determinados temas e com cunho político bastante explícito) e, no início do século XX, a preponderância do periodismo dos EUA fez-se mais evidente no país, com a adoção cada vez mais comum de seu estilo com notícias mais curtas e superficiais, indicando o básico dos acontecimentos e evitando posicionar-se diretamente (principalmente em assuntos políticos), buscando sempre

a “imparcialidade”. No entanto, mesmo com essas mudanças (que aproximaram os jornais de um formato empresarial, abrindo amplo espaço para a publicidade e também aumentando sua dependência em relação à ela) os periódicos mantiveram suas opiniões políticas em suas publicações, mesmo que isso custasse muitas vezes a fuga de anunciantes ou mesmo de leitores (SODRÉ, 1999).

Nesse contexto, os jornais com maior tiragem apoiaram a movimentação militar que depôs o presidente Washington Luís e, em um primeiro momento, viram com bons olhos o início do governo Getúlio Vargas. No entanto, as medidas tomadas pelo novo presidente não causaram boas impressões, principalmente a imposição dos interventores e a demora em convocar novas eleições para a Constituinte:

“Até agora, não ha negar que o sr. Getulio Vargas tem sido bem sucedido, em linhas gerais. Mas o povo paulista se cansou e resolveu liquidar a sua situação, contrapondo ao “despistamento” o seu “quero já”. Não se cansará logo o resto do povo brasileiro?” (CORREIO DE S.PAULO, 16.06.1932)

No Rio de Janeiro, o jornal de maior circulação era o *Jornal do Brasil* (JB), fundado em 1891, pelo advogado Rodolfo Dantas, com o intuito de defender a monarquia. A publicação foi organizada de forma a aglutinar inúmeros intelectuais brasileiros e estrangeiros, tendo como destaques o também advogado Rui Barbosa como redator-chefe, o notório defensor do abolicionismo, Joaquim Nabuco, e o escritor português Eça de Queiroz como um de seus correspondentes. No entanto, o periódico passou por forte perseguição política e, em 1894, sofreu intervenção do governo federal; após esse episódio, foi vendido à família Mendes de Almeida e mudou sua orientação política para republicana, além de dar mais espaços a temas de âmbito econômico e cultural em suas páginas (BARBOSA, 2010).

O jornal também passou a explorar cada vez mais fotos e imagens, publicando em praticamente todos os dias uma charge logo abaixo de seu cabeçalho. Embora o JB tenha continuado com textos políticos e com algumas polêmicas, procurou dar um cunho mais “popular” para o periódico (era chamado de *O Popularíssimo*), em tentativas contínuas de angariar novos públicos e consolidar seu espaço frente a inúmeras outras publicações que circulavam pela capital brasileira no período.

Já em São Paulo, o jornal de maior circulação era *O Estado de S. Paulo* (OESP), criado em 1875 com o nome *A Província de São Paulo* (APSP), a partir de conversas dentro do recém-fundado PR. Trazia uma perspectiva de franca oposição ao sistema monárquico, lutando pelas principais bandeiras do partido em suas páginas e envolvendo-se em fatos importantes como a Abolição da Escravatura (13/05/1888) e a Proclamação da República (15/11/1889), entre outros.

Em 1890, o jornal passou a chamar-se *O Estado de S. Paulo* e, no final do século XIX, seu controle estava nas mãos de Júlio de Mesquita, advogado e político ligado ao PR. No entanto, o diretor do OESP foi muito crítico em relação à política exercida pelo partido, se opondo em vários momentos à direção majoritária da agremiação (CAPELATO; PRADO, 1980). Após seu falecimento em 1927, o periódico passou a ser controlado pelo seu primogênito, Júlio de Mesquita Filho, que nunca chegou a exercer cargos na política, mas manteve a linha de atuação crítica do pai.

No ano de 1932, o nível de insatisfação entre a elite paulista atingiu um ponto de ebulição altíssimo, com grande instabilidade política. Em menos de 2 anos, Vargas já nomeara sete

interventores no Estado, uma vez que a oposição feita à todos os nomes indicados tornavam os governos praticamente inviáveis. O descontentamento político aumentava cada vez mais até que uma série de protestos, organizados principalmente por estudantes, ganhou força e as ocorrências passaram a ser cada vez mais frequentes.

No dia 23 de maio, após mais um confronto no centro da cidade entre os opositores e a polícia, um grupo de jovens foi morto; alçados como mártires, quatro deles tiveram seus sobrenomes usados para a sigla do movimento que se formou, oficialmente, contra o governo de Vargas, o MMDC (iniciais de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo).

Parte do Exército também estava insatisfeita com as escolhas feitas por Vargas e, por conta disso, se uniram a essa movimentação e, em 09 de julho, foi deflagrada a chamada *Revolução Constitucionalista de 1932*, com a capital paulista tomada e parte da população mobilizada para auxiliar os revoltosos, que pediam uma nova Constituição e a volta da democracia ao país. O combate durou quase 3 meses; poucos estados apoiaram as tropas paulistas e o governo federal conseguiu manobrar o confronto de forma a ir cercando aos poucos as tropas e vencê-las.

Os jornais também se envolveram nesse processo, sendo que OESP foi o mais combativo. Por conta de sua ação (tanto com os textos como na organização da resistência), o diretor do periódico foi preso e exilado, morando mais de um ano em Portugal (MESQUITA FILHO, 2006), sendo que vários outros jornalistas também tiveram como destino outros países. No entanto, a fixação da data para a eleição da Assembleia Constituinte, em maio de 1933 (no início de 1932 Vargas já havia anunciado que faria o processo eleitoral, mas sem um período específico) foi considerada uma grande vitória para os revoltosos que, após o conflito, acabaram se reaproximando (embora nem todos) com o presidente e passaram a ser ouvidos nas nomeações dos interventores e nas movimentações políticas referentes ao governo federal.

“Sei muito bem o que quero e para onde vou”: ascensão do Estado Novo

Nesse mesmo contexto, em Portugal, o governo era ditatorial e mantinha sua estabilidade com forte autoritarismo e com início a uma espécie de “culto” ao ministro de maior destaque, o professor de Economia Política da Universidade de Coimbra, Antonio de Oliveira Salazar. Jovem e conservador (de origem católica), assumiu em 1928 a pasta de Finanças, controlando o ministério considerado central por conta dos problemas do período (sobretudo após a crise estadunidense) e tendo a responsabilidade de remodelar a economia portuguesa no período. Ministro por pouco tempo a primeiro momento (pediu demissão durante crise no governo de Gomes da Costa; retornaria ao ministério 2 anos depois, sob a presidência de Oscar Carmona), voltou ao cargo com a função de ajustar as contas do país. No entanto, as movimentações do professor gerariam consequências que iriam muito além de suas funções burocráticas (ROSAS, 1994).

Dentre várias medidas tomadas por Salazar, duas de maior relevância nesse período foram a criação da União Nacional e de uma nova Constituição, como forma de legitimar o governo que estava no poder em caráter excepcional (a Constituição vigente ainda era a de 1911, dando bases para um regime que o atual tinha deposto em 1926). A criação da União Nacional foi, de certa forma, a institucionalização do *salazarismo*, buscando concentrar estas forças com a conquista (ou a construção) do apoio popular. Salazar buscou fortalecer sua oposição

às ideias liberais desenvolvendo a economia a partir da centralização política, tendo em sua órbita os antigos representantes da direita republicana, os monarquistas e os católicos; a elite conservadora do país (em sua maioria) estava com o governo, sendo assim a União Nacional o partido político representante do *salazarismo* (MATTOSO, 1997-2001:180-181):

A União Nacional surge para dar um certo cariz popular e legal à ditadura, dando resposta às pressões dos republicanos liberais, facto que, no final, acabou por servir os interesses do Estado Novo, que a utilizam como uma associação cívica e política canalizadora da ideologia do regime. Ao estilo da União Patriótica espanhola da ditadura de Primo de Rivera, tratava-se de um partido único que serviu para justificar a legitimidade popular da ditadura, para absorver e domesticar no seu seio as múltiplas correntes políticas, para convencer as massas e difundir na sociedade portuguesa a propaganda do Estado Novo (...) (PENA, 2007:26).

Na data comemorativa do golpe militar de 1926, 28 de maio, foi apresentado aos políticos e à população o projeto de uma nova Constituição, sendo que em 5 de julho Salazar foi formalmente conduzido ao cargo de chefe do Conselho (embora o exercesse, na prática, durante todo o período em que Domingos de Oliveira ficou no poder) (PAULO, 1994:27-37). Neste projeto de Constituição estavam expostos os pontos principais defendidos por Salazar em sua trajetória ministerial até então: a recusa da democracia liberal, o nacionalismo corporativo, o Estado forte, o intervencionismo econômico social e o fortalecimento do imperialismo colonial (MATTOSO, 1997-2001:198-202). Havia também a defesa aberta da subordinação do Legislativo ao Executivo, além do controle da economia pelo Estado. Como especifica TORRALBA (2009:375-376):

Ao invés do Fascismo – que, formalmente, manteve em vigência (...) um estatuto liberal, muito flexível (o *Statuto Albertino* de 1848, adoptado pelo reino da Itália em 1861), que foi, no entanto, sendo ultrapassado pela legislação própria do novo regime, com o beneplácito do rei –, o Estado Novo quis ter *a sua própria Constituição*, como forma de superar a Constituição da República demoliberal, de 1911. A Constituição de 1933, que a Ditadura “doou” à Nação, qual “carta constitucional”, mas que fez “plebiscitar”, em 19 de março de 1933, para lhe conferir um carácter mesmo de *Constituição*, passando a vigorar em 11 de abril desse ano (...) considerava, na verdade, o regime como “uma República unitária e corporativa” (artigo 5.º).

A imprensa e os desdobramentos das ações portuguesas no Brasil

No início da década de 1930, apesar da crise econômica, continuou o fluxo de migrantes entre os dois países, principalmente de portugueses para o Brasil. Levando em conta os anos de 1932 e 1933, emigraram cerca de dez a vinte mil portugueses, representando um pouco mais de 75% do total de emigrações lusitanas no período (PAULO, 2000:603). Grande parte desses emigrantes ficou concentrada no Rio de Janeiro e em São Paulo¹ e a colônia portuguesa pro-

¹ No período entre 1924 e 1933 teriam chegado ao Brasil cerca de 233.650 portugueses de um total de 717.223 imigrantes, algo em torno de 32,5%, sendo o maior número entre as outras nacionalidades. Ver <http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933.html>. Acesso em: 03.01.2016.

curou manter a sua unidade, utilizando meios diversos como a imprensa, por exemplo. Vários jornais, patrocinados por entidades ligadas aos portugueses ou à empresas de portugueses ou descendentes, circulavam nessas duas capitais (sobretudo no Rio de Janeiro), como por exemplo o *Jornal Português*, *Pátria Portuguesa*, *Diário Português* (continuação do título anterior), entre outros (PAULO, 2000:190-191), sempre com temáticas envolvendo os acontecimentos em Portugal e a vida da colônia lusa no país.

Ao analisar as notas referentes à Portugal dos anos de 1932 e 1933 dos 2 jornais de maior circulação no Rio de Janeiro e em São Paulo, foi possível tecer análises importantes em relação à forma como esses grupos observaram Portugal no período e, conseqüentemente, a relação entre os países.

Uma primeira característica a destacar é a de que esses jornais produziram poucas notícias e textos próprios sobre o país lusitano. Em linhas gerais, tal postura foi comum com os outros países; no entanto, havia grande presença do noticiário internacional nos periódicos. No caso do OESP, as notícias internacionais eram destaques na segunda página; mas, se houvessem assuntos pendentes ou novas notícias que fossem enviadas após o fechamento do jornal, elas geralmente eram publicadas na última ou nas últimas páginas, a depender da edição. Já no caso do JB, as notícias internacionais ganhavam destaque nas páginas que ficavam no meio das edições – tradicionalmente a página 6 era o espaço das notícias de vários países e, dependendo do assunto, as temáticas eram mais bem exploradas nas páginas seguintes:

Imagem 1 – exemplo de páginas dos dois jornais



Praticamente todas as notícias internacionais publicadas eram repassadas por agências. No caso do OESP, as notícias relacionadas a Portugal nesse período eram da francesa *Havas* e, no caso do JB, as notícias eram das mais variadas fontes; no entanto, a maioria dos textos

provinha também da agência francesa, seguida pela estadunidense *United Press* (UP). Apesar de muitas vezes, os dois jornais publicarem no mesmo dia notícias da *Havas*, os textos não eram, necessariamente, os mesmos; embora existissem convergências, muitas vezes alguns textos eram publicados apenas em um dos periódicos (se a comparação for estendida a outros jornais do período, em algumas situações existiram notas que não estavam publicadas em nenhum desses jornais, como algumas encontradas no *Correio da Manhã* e no *Correio Paulistano*, entre outros). Tal prática demonstra o caráter seletivo de seu noticiário, denunciando a vertente ideológica e política de cada jornal.

Com relação ao retrato estruturado de Portugal, ele está centrado em alguns pontos. De modo geral, é importante apontar para a imagem construída de Salazar e Carmona, já que, em linhas gerais, os aspectos abordados eram extremamente positivos de ambos, principalmente do presidente do Conselho de Ministros. Longe de questionar ou contestar as informações cedidas pelas agências, ambos os jornais davam amplo espaço às publicações positivas relacionadas ao presidente do Conselho e, muitas vezes, indicavam-no como modelo a ser seguido:

“Ha, precisamente quatro anos o sr. Oliveira Salazar assumia a pasta das Finanças. De facto, foi a 27 de Abril de 1928 que a dictadura lhe confiou esse posto de espinhosas dificuldades (...) Quasi todos os jornaes recordam hoje esse facto o põem em relevo a obra de restauração financeira levada a efeito pelo actual ministro das Finanças (...) o sr. Oliveira Salazar conseguira não só manter o regimen dos saldos orçamentarios como, ainda diminuir o volume da dívida fluctuante interna. Esta, que era de 2.193 mil contos em 1928, baixou em 30 de julho de 1931 para 815 mil contos (...) Esses resultados foram obtidos totalmente com os recursos do paiz e á custa d esacrificios (sic) fiscaes muito pesados (...) Os jornaes prevêem que, resolvido o problema financeiro, o sr. Oliveira Salazar enfrentará, de agora em diante, os problemas economicos e sociaes, caso o seu estado de saude, comprometido por quatro annos de incessantes labores, lhe permita continuar empregando á sua acção governamental, o cunho de intensa actividade que a tem caracterizado” (...). (OESP, 28.04.1932)

Ainda dentro da construção da imagem de Salazar, visto como uma espécie de técnico que entrou para o meio político no intuito de salvar Portugal, um aspecto importante a ressaltar é a publicação de pequenos balancetes do Banco de Portugal. Embora também fosse comum os jornais publicarem documentos de instituições de outros países, nesses dois anos nenhum outro teve a mesma frequência que o banco português – os dados eram acompanhados de pequenas notas indicando as variações que existiam no mês (em alguns casos, até em semanas), sempre com aspectos positivos e elogiosos da política monetária portuguesa. Tal fato evidencia a existência de um público de investidores de capital em Portugal, ou ainda, de emigrantes abonados entre os leitores dos jornais (PAULO, 2000):

Imagem 2 – Pequeno balancete do jornal. JB, 27.01.1932



Outro aspecto muito importante a ser ressaltado é o movimento emigratório tanto de brasileiros para o país europeu quanto de portugueses para Brasil que, em geral, partiam em consequência de perseguições políticas (PAULO, 2000). Neste caso, expressando também a linha política dos periódicos, os embarques eram bastante destacados, procurando demonstrar a aproximação existente entre as chamadas “nações-irmãs”.

Os chamados brasileiros “ilustres” (ex-políticos e grupos da elite econômica do país) recebiam grande destaque nas páginas de ambos os jornais, seja pela sua movimentação no país lusitano rumo a outros países, seja pela sua estadia em definitivo. Entre os vários que residiram em Portugal nesse período, foram citados nos periódicos, entre outros: Washington Luís, Júlio de Mesquita Filho, Cásper Líbero (proprietário do jornal *A Gazeta*, também envolvido com a revolta paulista), o advogado e político Aureliano Leite e o jornalista Paulo Duarte, entre outros. Esses nomes eram apresentados como brasileiros “ilustres”, embora não se publicavam muitas notas relacionadas aos possíveis problemas com as suas condições de exilados, uma vez que poderiam sofrer retaliações do governo mesmo que o regime fosse, em tese, democrático. As movimentações dessas pessoas e de seus pares eram bastante enfatizadas nas páginas de ambas as publicações, demonstrando que estavam sendo integradas de maneira bastante calorosa pelos seus “irmãos” lusos, como por exemplo, uma entrevista publicada com as impressões do ex-presidente Washington Luís:

“Um redactor da agência ‘Havas’, encontrando-se com o ex-presidente da Republica Brasileira, que estava acompanhado do general Sezefredo dos Passos, pediu-lhe impressões (...) O sr. Washington Luis respondeu: (...) ‘Venho encantado. Por toda a parte fui admiravelmente recebido e por toda a parte encontrei a mais viva sympathia pelo meu paiz e a mais profunda comprehensão da amizade luso-brasileira. Se ouvisse só a voz do coração não deixaria mais Portugal’” (OESP, 16.06.1932)

A relação entre os países sempre era apresentada de forma extremamente fraterna, sem aparentar incidentes diplomáticos. Em linhas gerais eram invocadas as similaridades entre as nações, como a interdependência cultural. Nesse período, houve uma dupla troca de embaixadores, sendo nomeado como novo embaixador português no Brasil Martinho Nobre de Mello, em 1932 e, como novo embaixador brasileiro em Portugal, Adalberto Guerra Duval, no ano seguinte. Os fatos foram amplamente noticiados pelos jornais (inclusive com textos próprios, principalmente quando Nobre de Mello veio para o Brasil) que variaram desde a valorização das biografias e dos currículos dos novos representantes até textos laudatórios sobre a relação entre os países:

Imagem 3 – Notícia em destaque de um banquete organizado no Rio de Janeiro para o novo embaixador Nobre de Mello (JB, 18.10.1932)



Aspecto da homenagem realizada no Gabinete Português de Leitura.

Em relação aos embaixadores, Martinho de Nobre de Mello era um acadêmico conhecido por seu passado sidonista, tendo participado, em um breve período, do governo de Sidônio Paes como ministro da Justiça em 1916, além de ministro dos Negócios Estrangeiros nos primeiros momentos da Ditadura Militar, em 1926. Além disso, foi um dos principais nomes da Cruzada Nun'Alvares, que tinha como intuito oferecer soluções para os problemas da República (ainda em 1925), de cunho conservador e de direita (LEAL, 1999). Durante seus quase catorze anos como embaixador, teve ativa participação na vida política brasileira, fomentando o discurso dos países como nações irmãs e participando ativamente da vida política nacional, além de se posicionar favoravelmente à implantação do *Estado Novo* no Brasil, em 1937 (GONÇALVES, 2018:123-125).

Já Adalberto Guerra Duval, diferentemente de Nobre de Mello, era um diplomata de carreira, atuante já em vários países europeus desde o início do século XX, como a Rússia e Inglaterra, além de ser embaixador brasileiro na Alemanha entre 1920 e 1932 (com breves interrupções no período). Em 1935, viria a assumir a embaixada brasileira na Itália (DHBB, 2010), evidenciando que, desde já da década de 1920, Duval esteve presente em países cujos governos de caráter autoritário e totalitário se organizaram, indicando a habilidade (e conivência) do ministro com essas formas de se fazer política (MAINKA, 2019:12-13).

A nova Constituição e o *Estado Novo*

As notícias relacionadas à nova Constituição ocuparam espaço de destaque nos jornais. Em relação às duas abordagens, a do OESP foi marcada por ser um pouco mais crítica, indicando também notícias negativas ou que apontasse falhas no processo (embora o JB também apresentasse tal perspectiva, mas com menor frequência). No entanto, mesmo essas críticas eram relativizadas: o tom construído sempre era de avanço, de melhorias. De maneira geral, a nova Constituição e o início em si do *Estado Novo* foram vistos de maneira bastante positiva pelos jornais – fato esse bastante interessante, já que o próprio Salazar não fazia questão de esconder que o governo era ditatorial (TORGAL, 2009:56).

E as duas publicações (em especial OESP) tinham a democracia e o regime republicano como dois dos principais valores defendidos em suas páginas, além de que o próprio envolvimento de Júlio de Mesquita Filho com a sublevação paulista de 1932 é um indicativo de que buscava maior liberdade política para o Brasil (ou pelo menos para São Paulo); no entanto, ao mesmo tempo demonstrava apoio (ou pelo menos procurava não expor possíveis divergências) ao governo português, que tinha práticas bastante parecidas com as quais Vargas exercia no país nesse momento.

No caso específico do JB, era muito comum a publicação criar textos de destaque nas páginas agregando notícias de agências distintas (ou mesmo notícias diferentes de uma só agência) que se referiam ao mesmo assunto. Na imagem abaixo é possível visualizar o exemplo, com um texto explicativo sobre o projeto da nova Constituição (características bem gerais) unificando notas da *Havas* e da UP²:

² A fonte original está em más condições para a leitura. Portanto, logo abaixo da imagem foi transcrita parte do texto.



“Estamos (...) apenas diante de tendências esboçadas. No fundo, persiste a incompatibilidade entre o individualismo anarquista e o princípio da autoridade responsável. A crise da liberdade resulta na própria crise do estado, que pode ser resumida nesses dois symptomas igualmente alarmantes: fraqueza e instabilidade dos poderes (...) Não se encontravam nas condições dos autores da constituição de 1911, preocupados sobretudo com a mudança para um regimen ainda por concretizar. As suas vistas estão voltadas para os interesses vitais da nacionalidade. Os caminhos que seguem hoje, são totalmente diversos, como o são igualmente a orientação e o espírito com o qual coordenaram todas as soluções do novo estatuto que apresentavam á nação.

“Nenhuma indicação mesmo estrangeira foi desprezada. Mas o problema a resolver é antes de tudo nacional nos seus característicos, nos seus antecedentes e nas suas possibilidades. Por consequência a sua solução deve ser forçosamente nacional e ter em vista todos os objectivos do movimento de Maio” (...) O documento elaborado pelo Conselho Nacional precisa que pela primeira vez as questões de carácter social e económico são tratados com grande desenvolvimento e classificados com methodo e clareza num texto constitucional. Adianta que se manteve tudo quanto podia ser utilizado da constituição de 1911, e conclue dizendo que foi aceito o principio de que as divergencias entre os povos devem ser resolvidas pela arbitragem” (...). (JB, 27.05.1932)

Onze dias depois da publicação do projeto, o JB apresentou uma nota indicando que o jurista e professor da Universidade de Coimbra, Pinto Barriga, tinha apontado várias falhas no novo projeto, embora ele tivesse o cuidado de salientar que era favorável a uma nova Constituição, mas que era necessário as empresas jornalísticas a fornecerem espaços gratuitos para a publicidade estatal, além de que tais espaços deveriam ser concedidos sem aviso prévio dos órgãos de controle. Tal medida foi considerada bastante arbitrária pelo periódico, uma vez que indicava que os jornais portugueses teriam que manter sua estrutura em torno das propagandas do governo, tendo que reorganizar todo seu layout caso Salazar quisesse publicar algo. Assim, a única crítica explícita feita pelo jornal é relacionada à interferência publicitária, indicando uma forte preocupação em relação aos meios para arrecadação desses grupos de imprensa, já que esses anúncios eram parte significativa naquele período da renda adquirida pelo jornal (SODRÉ, 1999:389).

Também foram publicadas partes da série de entrevistas de Salazar concedidas a António Ferro (e que depois seriam publicadas no livro *Salazar, o Homem e a Obra*, de 1933), com amplo destaque para várias declarações do ministro sobre política e sobre o governo português, com considerações desde a crise dos últimos anos da monarquia até ao golpe de 1926, entre outras coisas. Nestas entrevistas, há grande ênfase para os comentários de Salazar acerca da Constituição, assegurando que ela entraria em vigor após a realização do plebiscito e explicando o porquê do novo projeto constitucional passar por uma consulta popular:

“O chefe do governo, prosseguindo, confirmou o que já communicamos em telegrammas anteriores, isto é que a futura Constituição da Republica será submetida ao plebiscito do povo porque, na sua opinião, seria uma clamorosa injustiça impor ao paiz (...) um Estatuto de, tão relevante importancia, que vão regular a sua vida política e social”. (JB, 24.12.1932)

Algumas notas indicam que Salazar saiu pelo país discursando, com o propósito de relembrar a população da importância de referendar a nova Constituição, para dar continuidade ao seu trabalho. No entanto, no próprio dispositivo do plebiscito as abstenções seriam computadas como voto favorável à outorga da nova Carta Constitucional. Era muito provável que o projeto fosse aprovado, mas por esses pequenos trechos publicados é possível deduzir que o governo possuía uma real necessidade de contar com o apoio popular para legitimar sua ação – uma baixa participação poderia indicar que a maioria das pessoas não estaria de acordo ou se importando com suas realizações, o que poderia indicar problemas com sua legitimidade (ROSAS, 1994). Ainda assim, 9 dias depois o resultado final foi divulgado e cerca de 60% da população votou pela aprovação e apenas 0,5% votou contra a Constituição.

Embora o resultado final da votação fosse de quase 100% de aprovação, a participação em si não foi maciça como se esperava.

Após o resultado final, Salazar proclamou a formação de um novo governo (inclusive com mudanças de ministros) e a consolidação do projeto do *Estado Novo*, tratado no JB pela primeira vez em 09 de maio de 1933. Durante o ano, também foram publicadas notícias de instabilidades na política portuguesa como, por exemplo, a recusa de parte do Exército em aceitar a posse do novo ministro do Interior, António Gomes Pereira, em julho (JB, 27.07.1933, 28.07.1933 e 30.07.1933) além de que, parte do Exército não desejava a permanência de Salazar a frente da chefia do Conselho de Ministros (JB, 18.10.1933). Tirando essas exceções, as outras notas constituíram caráter positivo e evidenciaram que a liderança de Salazar era firme e ao mesmo tempo justa, um líder autoritário, mas bastante progressista, que sacrificava-se para o país e que não gostava de aparecer muito em público (JB, 27.06.1933).

Conclusão

Por fim, é importante ressaltar que, apesar dos dois jornais brasileiros defenderem o sistema republicano democrata, projetaram uma imagem positiva de Portugal entre os anos de 1932 e 1933, demonstrando que o modelo estruturado no país lusitano seria um modelo viável e não contraditório com os ideários de ambos os periódicos.

No plano internacional, além de elogios ao governo português, essas publicações apresentaram com um misto de admiração e de espanto as movimentações dos governos italianos e alemães (embora as notas das agências internacionais publicadas eram, em maioria, negativas ao novo governo formado por Hitler), além de manterem críticas contundentes à Stalin e ao Partido Comunista da União Soviética e posições de apoio (embora relativamente conflitantes, em muitos momentos) à Inglaterra, à França e aos Estados Unidos.

Em linhas gerais, é possível apontar que tais jornais, através dos textos das agências e (poucas) composições próprias, ignoraram de maneira deliberada os problemas relacionados com a falta de liberdade de imprensa (salvo raras exceções) no governo de Salazar, bem como a ausência de democracia do regime, embora a Constituição de 1933 apresentasse em seu texto muitos aspectos parecidos com as democracias liberais, falando inclusive em liberdade de expressão. Ou seja, um regime com aspectos do *Estado Novo*, com viés nitidamente autoritário (PAULO, 1994:35-37) era um modelo aceitável por ambos os jornais, que poderia ser implantado tranquilamente no Brasil.

Tal aspecto não deixa de ser curioso uma vez que, quatro anos depois, Getúlio Vargas deu um golpe de Estado inviabilizando a manutenção da Constituição (que fora promulgada em 1934) e instituiu um novo regime chamado também de *Estado Novo*, com aspectos bastante próximos do governo de Mussolini (e, em alguns aspectos, também similar à Constituição portuguesa) que, no primeiro momento, foi apoiada pelos dois periódicos, mas, pouco tempo depois, ambos tornaram-se novamente oposição. OESP chegou mesmo a sofrer intervenção direta do governo de 1940 a 1945 (levando Júlio de Mesquita Filho à um segundo exílio). Após o fim da *Segunda Guerra Mundial* e com o fim do governo Vargas (ambos em 1945), essas publicações continuariam a apoiar o *Estado Novo* português.

Referências bibliográficas

- ALMOND, Gabriel A. (1999) – *Una disciplina segmentada: escuelas y corrientes en las ciencias políticas*. México: Colegio Nacional de Ciencias Políticas y Administración Pública: Fondo de Cultura Económica. ISBN: 9681649737.
- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney (1989) – *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Newbury Park: Sage Publications. ISBN: 978-0803935587.
- BARBOSA, Marialva (2010) – *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. 2 ed. Rio de Janeiro: Mauad X. ISBN: 9788574782249.
- BORGES, Vavy P. (1997) – *Memória paulista*. São Paulo: EDUSP. ISBN: 8531403847.
- BRAUDEL, Fernand (1992) – *Escritos sobre a história*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva. ISBN 9788527303347.
- CAPELATO, Maria H.; PRADO, Maria L. (1980) – *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"*. São Paulo: Alfa-Omega (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Política, v. 1)
- COHEN, Ilka S. (2007) – *Bombas sobre São Paulo: A Revolução de 1924*. São Paulo: Editora Unesp. ISBN 978-85-7139-744-6.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). DUVAL, Adalberto Guerra. 3. ed. atualiz., 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/duval-adalbertoguerra>. Acesso em: 16. dez. 2019.
- GONÇALVES, Leandro P. (2018) – *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Rio de Janeiro: FGV Editora. ISBN: 978-85-225-2051-0.
- FERRO, Antonio Salazar (1933) – *O Homem e sua Obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- FIDELIS, Thiago (2017) – “Cultura Política e Neoinstitucionalismo: Breves Reflexões”. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*, Vol. 9 N.º 18, Julho-Dezembro.
- HOBBSAWM, Eric (1988) – *A era dos impérios: 1875-1914*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. ISBN: 852190181X.
- KUSCHNIR, Karina (2007) – *Antropologia da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. ISBN: 978-85-378-0016-4.
- LE GOFF, Jacques (1990) – *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP. ISBN: 85-268-0180-5 20.
- LEAL, Ernesto C. (1999) – *Nação e nacionalismos: a Cruzada Nacional D. Nuno Alvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Cosmos. ISBN: 9727621791.
- MAINKA, Peter J. (2019) – “A Legação brasileira em Berlim (1931-1935): o cotidiano diplomático em um país em transformação”. *Cadernos do CEOM*, Chapecó (SC), v. 32, n. 50, p. 9-27 Jun.
- MARTINS, Ana L.; LUCA, Tania R. de (org.) (2011) – *História da imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto. ISBN: 978-85-7244-402-6.
- MATTOSO, José (org) (1997-2001) – *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 8 v.. ISBN: 9723312611.
- MESQUITA FILHO, Ruy (org) (2006) – *Cartas do exílio: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho*. São Paulo: Albatroz; Loqui; Terceiro Nome. ISBN: 8587556630.

- PAULO, Heloísa (1994) – *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SPI e o DIP*. Coimbra: Minerva. ISBN 972931683X.
- ____ (2000) – *Aqui também é Portugal: a colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto Editora. ISBN 9728535422.
- PENA, Alberto (2007) – *Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil de Espanha*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra. ISBN: 978-972-798-206-6.
- PRESTES, Anita L. (2009) – *Uma epopeia brasileira: a Coluna Prestes*. 2 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular. ISBN 978-85-7743-108-3.
- ROSAS, Fernando (1994) – “O Estado Novo (1926-1974)”. In *História de Portugal*, vol. 7.º, dir. de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN: 972-33-1024-4.
- SODRÉ, Nelson W. (1999) – *História da imprensa no Brasil*. 4.ª ed (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad. ISBN 85-85756-88-8.
- TORGAL, Luís R. (2009) – *Estados novos, Estado novo: ensaios de história política e cultural*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2 v. ISBN: 9789898074607.
- VISCARDI, Cláudia M. R. (2019) – *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço. ISBN: 978-85-8054-031-4.